

Encontro vai discutir a habitação

O primeiro encontro independente de patrocínio oficial para discutir a questão habitacional promovido desde a edição do Plano Collor será realizado na sexta-feira, sábado e domingo no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, com a presença de entidades tão distintas quanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci). Ao todo, 14 entidades organizam o Encontro de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que só não é um congresso porque o arrocho financeiro imposto pelo Plano Collor impediu os promotores de trazer a São Paulo representantes de entidades e movimentos sociais de outros Estados.

Se o encontro fosse congresso, muito provavelmente seria criado, no seu encerramento, o Conselho Nacional de Habitação para, de forma autônoma, sugerir, propor e reivindicar políticas de urbanismo e habitação, segundo revelaram ontem a secretária municipal de Habitação de São Paulo, Hermínia Maricatto, e o presidente do Creci, Roberto Capuano. Em entrevista coletiva para anunciar o encontro, Walska Peres Pinto, que preside a Federação Nacional dos Arquitetos, cobrou dos parlamentares uma definição sobre os sete projetos de regulamentação do Conselho Nacional de Habitação que tramitam no Congresso, apelando para que "impedam os construtores de fazer lobbies para que o Conselho funcione entre quatro paredes e não incorpore a sociedade civil".

Os construtores, representados em São Paulo por órgãos e entidades como o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis (Secovi) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas (Sinduscon), não constam entre os promotores do encontro. Os construtores serão, mesmo assim, convidados a dele participar. Nos três dias de duração, o encontro terá como eixo principal das discussões em plenário e em grupos a política financeira, a política fundiária, a Lei do Inquilinato e a Organização da Produção. O documento final formará uma plataforma que será base para novas discussões, além de ser encaminhada ao Congresso e aos governos federal e estaduais.

Ao lembrar, na coletiva, que as 200 mil habitações que o governo Collor promete fazer este ano não cobrem um quinto do déficit habitacional apenas da Capital paulista e excluem 70% da população interessada porque exigem renda mínima de Cr\$ 17 mil e prestação inicial de um salário mínimo, a secretária de Habitação afirmou ser hora de "arrombar a festa" — frase que ela usa para traduzir o desejo da sociedade de "acabar com o roubo e com a indústria da construção selvagem."